

1. Espanha e Portugal: assinatura dos Actos de Adesão

1.1.1. As cerimónias de assinatura dos Actos de Adesão de Portugal e de Espanha à Comunidade desenrolaram-se em 12 de Junho, sucessivamente em Lisboa e Madrid, na presença de Primeiros-ministros e Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-membros da Comunidade bem como dos de Portugal e de Espanha. A delegação da Comissão era chefiada pelo Presidente Jacques Delors e o Vice-presidente Natali.

A assinatura dos Actos de Adesão

1.1.2. Os actos relativos à adesão foram assinados—por parte dos Estados-membros da Comunidade—pelos plenipotenciários seguintes, bem como pelos representantes permanentes dos Dez:

- *Bélgica*: W. Martens, Primeiro-Ministro, e L. Tindemans, Ministro das Relações Externas;
- *Dinamarca*: P. Schlüter, Primeiro-Ministro, e V. Ellemann-Jensen, Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- *Alemanha (R.F.)*: H.D. Genscher, Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- *Grécia*: Y. Haralambopoulos, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Th. Pagalos, Secretário de Estado junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros responsável pelos assuntos da CEE;
- *França*: L. Fabius, Primeiro-Ministro, R. Dumas, Ministro das Relações Externas, Sra. C. Lalumière, Ministro delegada responsável pelos assuntos europeus;
- *Irlanda*: G. FitzGerald, Primeiro-Ministro, P. Barry, Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- *Itália*: B. Craxi, Presidente do Conselho de Ministros, G. Andreotti, Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- *Luxemburgo*: J.F. Poos, Vice-Presidente do Governo, Ministro dos Negócios Estrangeiros;
- *Países Baixos*: R. F.M. Lubbers, Primeiro-Ministro, Ministro dos Assuntos Gerais, H. van den Broek, Ministro dos Negócios Estrangeiros;

• *Reino Unido*: Sir G. Howe, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e do Commonwealth.

Por *Portugal*, os Actos foram assinados por Mário Soares, Primeiro-Ministro, Rui Machete, Vice-primeiro Ministro, Jaime Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Ernâni Lopes, Ministro das Finanças e do Plano.

Pela *Espanha*, os Actos foram assinados por Felipe Gonzalez Marquez, Presidente do Governo, Fernando Morán Lopez, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Marín Gonzalez, Secretário de Estado para as Relações com as Comunidades Europeias, Ferrán de Alfaro, Chefe da Missão de Espanha junto das Comunidades Europeias.

Lisboa

Giulio Andreotti,
Presidente do Conselho em exercício

1.1.3. Na sua alocução, Giulio Andreotti, Ministro italiano dos Negócios Estrangeiros e Presidente do Conselho em exercício, declarou, nomeadamente:

«... Esta adesão permite uma maior coincidência entre a Europa geográfica e a Europa político-institucional, ao mesmo tempo que confirma, uma vez mais, que a adesão à Comunidade Europeia é o corolário da reconquista dos valores inerentes a uma democracia pluralista. Representa, assim uma garantia já que no âmbito da integração europeia nunca existiu, nem pode existir um retrocesso de liberdade.

O povo português contribuirá assim para a consolidação de uma Europa que na própria especificidade dos países que a constituem encontra a justificação de um projecto político que se baseia no pôr em comum, e conseqüente valorização dos recursos, não só materiais, de que dispõe.

(...) A adesão não é um processo terminado. Na verdade, a entrada de um novo país exige à Comunidade novos esforços de imaginação e de vontade para conciliar interesses e pontos de vista, se não opostos, por certo, nem sempre coincidentes.

(...) Temos pela nossa frente uma tarefa árdua, que nasce da constatação das desigualdades que a Comunidade se deve esforçar por combater e eliminar, justa-

mente através de um maior esforço de solidariedade para com os menos favorecidos. A este respeito, as disposições do Tratado de Adesão são a prova da vontade da Comunidade de contribuir para a modernização da economia e o aumento das possibilidades de crescimento deste país, graças, inclusivamente, a programas específicos de desenvolvimento nos sectores agrícola e industrial.

(...) Quando em 1977 este país apresentou a sua candidatura à Comunidade Europeia, motivos políticos de importância capital — como a consolidação de uma democracia que, ainda incipiente, tinha corrido o risco de involução — terão ditado a resposta positiva da Comunidade. No momento em que, ao fim de um longo processo de negociações, Portugal se torna membro da Comunidade dos Doze, pode-se, sem dúvida, dizer que as salvaguardas democráticas foram construídas pelos Portugueses com as suas próprias mãos. Constatamos, na verdade, que o Estado democrático português está firme e que a sua contribuição para a família democrática europeia é certa.

O que a Comunidade Europeia, por sua vez, pode trazer a Portugal é uma nova dimensão política e económica em que o país possa encontrar o lugar que lhe é devido pela sua história, a sua cultura e as suas tradições.

A este respeito, os laços históricos, culturais e económicos de Portugal com a América Latina, com a África e também com a Ásia representam um contributo importante para a acção em que a Comunidade está empenhada, com o fim de criar, sobretudo nas áreas de maiores tensões internacionais, as premissas de novos equilíbrios e novas aberturas de paz.

*Jacques Delors,
Presidente da Comissão*

1.1.4. Jacques Delors, Presidente da Comissão, declarou, nomeadamente:

«Acolhemos os nossos amigos portugueses com grande contentamento e também com grande satisfação pela confiança que assim patenteiam face a um futuro que será, doravante, comum.

Ao longo dos trabalhos relacionados com a adesão que pareceram morosos porque difíceis e sérios, foi-nos dado o ensejo de prezar a determinação e a competência da delegação do Vosso país, a tenacidade e a clarividência do Senhor Ministro das Finanças, Ernâni Lopes, a quem gostaria de prestar homenagem, assim como gostaria de saudar as realizações da Presidência italiana...

(...) O resultado alcançado ao fim de oito anos de esforço, parece-me equitativo e constitui uma base sólida para o desenvolvimento da cooperação e o reforço

da solidariedade. Gostaríamos de poder afirmar que o caminho traçado é o da prosperidade assegurada para a nossa Comunidade alargada que se encontra duramente atingida pelo desemprego.

Contudo, de nada serve esconder a realidade, a crise persiste, profunda e perdurável. O que poderemos, porém, afirmar, é que o sucesso passa necessariamente por um acréscimo de Europa na qual cada um encontrará as razões e os meios da esperança e de uma acção mais eficazes. Ou nos salvamos em conjunto, ou ficamos, cada um para seu lado, á deriva.

Após cerca de cinquenta anos de isolamento relativo, Portugal que soube reencontrar a liberdade e a democracia, junta-se assim a nós para construir uma Europa mais forte e mais solidária. Mais do que ninguém, estou consciente do extraordinário esforço que o vosso país prossegue para sanear a sua economia e para modernizar-lhe as estruturas, pelo que defendi a ideia de que o espírito de solidariedade para com Portugal inspire as modalidades da sua entrada na Comunidade.

(...) Composta originariamente por seis países, a Comunidade alargou-se progressivamente para abranger actualmente uma grande parte do conjunto europeu. E esperemos que aquele que habitualmente se denomina «Velho Continente» possa surpreender, nos séculos vindouros, pela sua originalidade, criatividade e modernidade.

Eis os votos que formulo neste dia histórico. A Europa deixou de seguir uma vocação imperial e devemos-nos felicitar por tal facto; tem uma mensagem de paz e de liberdade a transmitir ao mundo e uma prece a dirigir aos seus filhos: que permaneçam fiéis aos ensinamentos de uma história feita de dramas e glórias, mas que se manteve sempre virada para a conquista, nunca assegurada da democracia, para que sejam os pioneiros de um novo renascimento, de uma cultura comum, que extraia a sua riqueza da fonte das nossas diferenças.

A aspiração à reunião dos cidadãos da Europa existe, é forte e bem real. Não se manifesta apenas no interior das nossas fronteiras comuns, mas também nos povos que não querem aderir à lógica dos blocos ou que desejam diversificar as suas relações com as potências industriais. Penso nomeadamente nas nações da América, da África e da Ásia para as quais somos Europeus antes de sermos Italianos, Alemães ou Portugueses... Devemos poder responder a esses apelos; mas para isso é necessário que nós, responsáveis políticos, económicos e sociais, exprimamos o desejo e a vontade de responder. Demasiados interesses imediatos obstruem ainda este caminho e escondem a meta a alcançar.

Face à mutação profunda das nossas sociedades, à desordem económica e monetária do mundo, somos, contudo, solicitados a agir, a responder aos desafios lançados.

Esta data solene, em que a democracia portuguesa se junta à família comunitária é pois, a este título, também um dia de esperança. A partir de agora, o viajante que vislumbrar o Cabo da Roca, o cabo mais ocidental do nosso continente, saberá que se trata de um país e de uma comunidade: a Europa, reclamada pela necessidade, pela evolução histórica e pelo nosso destino comum».

*Mário Soares,
Primeiro-Ministro português*

1.1.5. Ao usar da palavra, Mário Soares, declarou, nomeadamente:

«Quero acreditar que o acto a que acabam de assistir pode sem exagero considerar-se como um dos momentos mais significativos da história contemporânea portuguesa, constituindo ao mesmo tempo para a Europa das Comunidades um passo decisivo de confiança em si própria, de alargamento das suas potencialidades e também de abertura em relação ao exterior.

Para Portugal a adesão à C.E.E. representa uma opção fundamental por um futuro de progresso e de modernidade. Mas não se pense que seja uma opção de facilidade. Exige muito dos portugueses. Embora lhes abra, simultaneamente, largas perspectivas de desenvolvimento. Por outro lado, constitui a consequência natural do processo de democratização da sociedade portuguesa iniciado com a «revolução dos cravos» em 25 de Abril de 1974. E, igualmente, da descolonização que se lhe seguiu, a qual, feita com atraso de vinte anos em relação aos outros países europeus, e apesar dos traumas e desvios inevitáveis, nos permite hoje mantermos relações fraternas e fecundas com os países africanos de expressão oficial portuguesa, todos aliás aderentes à Convenção de Lomé.

A tarefa primordial que nos ocupará, a partir de agora, será a de reduzirmos cada vez mais a distância que ainda nos separa dos países desenvolvidos da Europa, criando para os portugueses padrões de vida e de bem-estar verdadeiramente europeus.

(...) A palavra será agora conferida às jovens gerações, a quem se abrem exaltantes perspectivas de realização pessoal e de progresso. Principais beneficiários da integração europeia, os jovens terão agora de saber mobilizar-se para a grande tarefa nacional do desenvolvimento e da modernização, por forma a que Portugal venha a ser não só a terra de liberdade, de convivência cívica e de tolerância mas também um espaço de prosperidade, de desenvolvimento científico e tecnológico e de justiça social.

(...) Nos oito séculos da sua História, Portugal conheceu épocas semelhantes àquela que hoje vivemos — épocas em que um desafio nacional inelutável foi capaz de galvanizar a Nação. É disso que se trata hoje,

de novo, quando já não há novos mundos a descobrir, mas sim homens e condições de vida a transformar e melhorar e novas tecnologias a desenvolver. Porém, os velhos do Restelo, esses, permanecem envolvidos no mesmo negativismo perante o que é novo, aventura e espírito de risco.

Gostaria que as minhas palavras fossem ouvidas pelo Povo Trabalhador de Portugal, para quem surgem novas perspectivas e potencialidades de progresso e justiça social. Nas mãos dos agricultores, dos operários, dos cientistas, dos homens de cultura, dos empresários, dos quadros, dos intelectuais, dos técnicos, dos artistas e, sobretudo dos jovens, de todos os portugueses em suma, mulheres e homens, está o futuro de Portugal, para cuja construção não faltarão, a partir de agora, os estímulos e as ajudas necessárias.

(...) Portugal, contudo, não vai só receber com a integração europeia. Vai também dar muito de si. Vai contribuir com a sua velha cultura e o génio do seu Povo para a construção europeia, à que aliás os nossos emigrantes na Europa se encontram associados por forma inapagável há longos anos, Europa da qual, a partir de agora, virão a ser cidadãos de pleno direito.

A Europa das Comunidades não será para nós apenas um mercado comum de bens e serviços. Vemo-la como um espaço de liberdade, de respeito pelos direitos do homem e de humanismo mas também como uma entidade política autónoma e coesa, a que competirá uma acção de liderança moderadora na cena internacional em favor da paz. A vocação para o diálogo Norte-Sul que a Comunidade Europeia já possuía fica agora grandemente reforçada com a entrada de Portugal e de Espanha, países cuja história foi tecida no contacto com povos e civilizações de outros continentes, que tanto contribuíram para a difusão dos valores europeus no mundo, e cujos idiomas são hoje falados por cerca de 400 milhões de seres humanos...»

Madrid

Sua Majestade o Rei Juan Carlos

1.1.6. Na sua alocução de boas-vindas, sua Majestade o Rei Juan Carlos declarou, nomeadamente:

«... É uma honra para Espanha acolher os mais ilustres dignatários das Comunidades e das nações que dela fazem parte. Sois a imagem do que a Europa representa aos olhos do povo espanhol: os princípios de liberdade, de igualdade, de pluralismo e de justiça, que são igualmente os da Constituição espanhola. É com grande satisfação que o povo espanhol vos recebe, consciente do significado profundo desta cerimónia.